



Município de Palmela

CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 10/2009:

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2009:

No dia vinte e sete de Abril de dois mil e nove, pelas dez e quarenta e cinco minutos, no edifício dos Paços do Concelho e respectiva Sala das Sessões, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, presidente, encontrando-se presentes os vereadores Adília Maria Prates Candeias, José Justiniano Taboada Braz Pinto, Octávio Joaquim Coelho Machado, José Manuel Conceição Charneira, Adilo Oliveira Costa e José Carlos Matias de Sousa.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – Participação da AMRS em Sociedade para a Gestão de Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Agro-Pecuários da Península de Setúbal

PONTO 2 – 1.ª Revisão ao Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano 2009/2012

PONTO 3 – Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009.

A **Sr.ª presidente** cumprimenta o executivo camarário, jornalistas, dirigentes e trabalhadores presentes.

Refere que esta reunião não tem o Período Antes da Ordem do Dia, nem o Período destinado ao Público por ser extraordinária, facto pelo qual vai imediatamente dar início à Ordem do Dia.

I – GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pela **Sr.ª presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Participação da AMRS em Sociedade para a Gestão de Sistema Integrada de Tratamento de Efluentes Agro-Pecuários da Península de Setúbal.

PROPOSTA N.º 1/GAP/10-2009:

«A descarga no solo e em linhas de água dos efluentes das suiniculturas constituiu um dos principais problemas ambientais da Península de Setúbal, com particular incidência nos municípios de Palmela e Montijo, os quais concentram nos seus territórios a maioria das unidades deste sector agro-industrial instaladas na Península.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Palmela, a par de outras iniciativas, participou activamente nos esforços promovidos pela Associação dos Municípios da Região de Setúbal (AMRS), tendo por objectivo a construção de uma solução viável e eficaz para a resolução deste problema ambiental, em parceria com o Governo (através dos Ministérios do Ambiente e da Agricultura), a SIMARSUL e a ALIS – Associação Livre de Suicultores.

As diligências desenvolvidas e o diálogo estabelecido entre as partes possibilitou a celebração, em 16 de Janeiro de 2008, de uma Declaração de Compromisso, documento que define como solução para a resolução do problema a criação de uma sociedade tendo por objecto a concepção, construção, exploração e gestão de um sistema para o saneamento dos efluentes das suiniculturas localizadas nos municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

De acordo com a referida Declaração, as autarquias abrangidas pelo sistema serão representados na sociedade a criar através da AMRS, participação que carece da prévia autorização dos municípios associados.

Assim, tendo em conta o interesse ambiental e económico da criação de uma sociedade gestora do Sistema Integrado de Tratamentos de Efluentes de Suinicultura, provenientes das suiniculturas localizadas nas áreas dos Municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, **propõe-se**, ao abrigo do disposto no artigo 53.º, n.º 2, alínea m), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e para efeitos de aprovação prévia dos Municípios associados da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), exigido nos termos do artigo 8.º, n.º 1, alínea q) dos respectivos Estatutos da Associação, que a Câmara Municipal submeta à Assembleia Municipal a proposta de autorizar a AMRS a participar no capital social da sociedade que vier a ser constituída, nos

termos do Pacto Social e Acordo Parassocial que se juntam em anexo, passando a fazer parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de *Participação da AMRS em Sociedade para a Gestão de Sistema Integrada de Tratamento de Efluentes Agro-Pecuários da Península de Setúbal* numerada 1/GAP/10-2009 intervieram:

O **Sr. vereador José Braz Pinto** saúda todos os presentes na sala.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** menciona que é com agrado que constata o desenvolvimento deste processo para resolução do difícil problema dos efluentes das suiniculturas. Na reunião de Câmara de 23 de Janeiro de 2008, os vereadores do P.S. tiveram oportunidade de saudar a decisão que foi tomada pelo Governo no âmbito desta matéria. Importa salientar que na Península de Setúbal este mecanismo vai incidir sobre 600 explorações e 3.000 animais, o que corresponde a 13% do efectivo nacional que, neste momento, está a poluir os aquíferos considerados um dos maiores aquíferos da zona Ibérica. Salaria o grande esforço do Governo que irá investir no total da Península cerca de 33 milhões de euros e as Autarquias envolvidas participarão através da respectiva Associação de Municípios com 1% do capital da empresa a criar. É uma intervenção simbólica como o referem estes documentos. No preâmbulo da proposta salienta-se a participação dos Municípios reduzindo o papel do Governo para uma mera citação de parceiro. Esta é talvez uma tentativa de querer que os louros (se é que há louros a atribuir nestas matérias) são de quem exige e não de quem decide e comparticipa efectivamente. Os vereadores Socialistas vão votar favoravelmente a proposta apresentada.

Mais refere que gostaria de ver esclarecidas algumas questões:

. Desconhece quem é a RESIPEC. É uma empresa a criar? É uma empresa já criada? Os documentos, a determinada altura, referem que o remanescente do capital é para a RESIPEC, visto que a RESIPEC é enunciada como outorgante, mas sem mais nenhuma referência, excepto quando começa a nomear administradores para os respectivos órgãos.

. Outra sigla é o EVEF. O que é o EVEF.?

. Qual é a função de uma comissão de vencimentos?

. Na cláusula 2.^a do Acordo citam-se 2 anexos, contudo só recebeu 1 anexo.

O **Sr. vereador Octávio Machado** na pessoa da Sr.^a presidente cumprimenta todos os presentes.

O **Sr. vereador Octávio Machado** refere que esta proposta vai finalmente pôr cobro ao problema dos efluentes das suiniculturas. Opina que não é pelo fim desta actividade que

se resolve a situação, mas sim pelo combate à poluição. Os agentes responsáveis nas diversas áreas, quer a nível da Administração Central, quer a nível da Administração Local, devem unir esforços e encetar medidas de resolução dos problemas. Esta é uma actividade demasiado importante para que pudesse passar mais anos sem se encontrar uma solução. Na prática esta proposta vai permitir que o concelho de Palmela seja melhor em termos ambientais e esta deve ser a aposta no futuro.

A **Sr.ª presidente** começa por referir que vai dar a palavra ao Sr. vereador José Charneira para que intervenha sobre as questões de carácter particular que foram colocadas pelo Sr. vereador José Braz Pinto. Sobre as questões de fundo efectua a seguinte intervenção:

. É preciso ter um pouco de conhecimento, deste processo que decorre há muitos anos. Não há nenhuma intenção de minimizar o papel do Governo. Recorda que quando foi presidente da Associação de Municípios da Região de Setúbal (A.M.R.S.) coincidiu com o período de particular importância nas negociações com a própria A.L.I.S. (Associação Livre dos Suinicultores) e com o Ministério do Ambiente. Passou momentos de alguma intensidade em torno deste processo. Sublinha que foram os Municípios que começaram por levantar este assunto como um problema ambiental nos seus territórios, sem nunca deixarem de chamar a atenção para o facto de se tratar de uma actividade económica importante. Cabe aos seus produtores a responsabilidade de realizar o tratamento dos efluentes. Da parte da A.L.I.S. sempre sentiu disponibilidade para resolver o problema. Em relação ao Ministério do Ambiente houve fases diferentes. O Sr. Ministro Nobre Guedes teve particular importância em todo o processo. Foi ele quem desbloqueou o processo e obteve o aval do Governo para o seu envolvimento neste problema. É de admitir que deva caber aos Ministérios do Ambiente e da Agricultura o envolvimento no sentido de ajudar os produtores, reconhecendo que esta é uma actividade económica muito importante, mas que tem características muito especiais. Esta actividade económica surgiu sem nenhum tipo de exigência do ponto de vista do tratamento ambiental. Qualquer indústria sabe à priori quais são as regras para a sua instalação. As explorações suinícolas são altamente poluentes e só há relativamente poucos anos é que a legislação veio impor exigências em relação à sua instalação. Havia que ter alguma compreensão institucional no sentido de disponibilizar apoios e o envolvimento do próprio Estado. Não há nenhum papel menor de nenhuma entidade, mas é indiscutível que as Autarquias tiveram um papel determinante no alertar para o problema e até na mobilização do próprio Governo, sem desprimor para os próprios suinicultores que entenderam o seu papel. No concelho de Palmela o processo tem sido no sentido de a A.L.I.S. ser a interlocutora. A Câmara Municipal de Palmela foi a particular dinamizadora dentro da Associação de Municípios da Região de Setúbal no tempo ainda do Sr. presidente Carlos de Sousa. Aquilo que se pretende nesta fase é mobilizar os produtores para este problema e para a solução que é preconizada.

O **Sr. vereador José Charneira** cumprimenta todos os presentes.

O **Sr. vereador José Charneira** presta as seguintes explicações:

. A sigla E.V.E.F. significa Estudo de Viabilidade Económico Financeira.

. A comissão de vencimentos é um clausulado que tem a ver com o clausulado tipo do Grupo Águas de Portugal.

. Como nem todos os suinicultores estão convencidos da bondade e da necessidade deste processo, a A.L.I.S. resolveu constituir a empresa - RESIPEC que vai ser composta por todas as entidades que colaboram no sistema. É a RESIPEC que está a acertar com a empresa Águas de Portugal e com a Associação de Municípios da Região de Setúbal (A.M.R.S.) a criação de uma outra empresa que se destinará a gerir o sistema. A RESIPEC é no fundo uma empresa de suinicultores. Os suinicultores que não aderirem agora vão ser obrigados a aderir no futuro, porque as normais ambientais vão obrigar a isso mesmo. As Águas de Portugal e a Associação de Municípios da Região de Setúbal vão aparecer como a empresa que irá gerir o sistema. Neste momento as Águas de Portugal estão a fazer os estudos de viabilidade económico-financeira para encontrar a solução ou uma proposta de solução. Este processo tem tido várias nuances e uma das mais importantes foi, de facto, o Ministério da Agricultura ter entrado e ter afirmado que todos os suinicultores têm de ter este nível de controlo ambiental. Há ainda a vantagem de existirem fundos europeus para este fim e que estão disponíveis através do ENEAPAI (Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais). A Península de Setúbal é considerada como um núcleo de acção prioritária e a empresa a constituir terá de ter capacidade para se candidatar a fundos comunitários. Discorda quando o Sr. vereador menciona “que o Governo vai-se empenhar e vai participar muito fortemente”. Não é exactamente assim. Através do Governo é possível chegar mais rapidamente aos fundos, porque quem vai financiar a empresa são os fundos estruturais e os suinicultores.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** observa que falta o anexo 2 que discrimina as participações.

O **Sr. vereador José Charneira** explicita que o maior accionista é a RESIPEC.

Refere ainda que todas as pessoas da A.L.I.S. que queiram fazer parte da RESIPEC podem fazê-lo. Já se admite que os produtores de queijo e os vitivinicultores que queiram aderir à RESIPEC também o possam fazer.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** refere que folga em saber que com esta proposta estejam a ser resolvidos os problemas das suinicultoras, dos produtores de queijo e dos vitivinicultores, ficando a faltar a bovinicultura.

O **Sr. vereador José Charneira** responde que a bovinicultura também está prevista.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

II – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Pela **Sr.ª presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – 1.ª Revisão ao Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano 2009/2012.

PROPOSTA N.º 1/DAF/10-2009:

«A 1.ª Revisão ao Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano 2009-2012, tem como objectivo introduzir no Orçamento, o saldo de gerência do ano económico 2008, no valor de 4.412.082,93 € (quatro milhões, quatrocentos e doze mil, oitenta e dois euros e noventa e três cêntimos) e no capítulo da receita reforçar no valor de 600.000,00 € (seiscentos mil euros) a utilização das garantias bancárias por posse administrativa dos alvarás de loteamento de Monte Novo, Vila Serena, Vila Paraíso e Val'Flor cujas infraestruturas o município assumiu em substituição dos promotores.

O acréscimo das disponibilidades no ano de 2009 é assim de 5.012.082,93 € (cinco milhões, doze mil, oitenta e dois euros e noventa e três cêntimos), passando o Orçamento a apresentar um valor de 65.114.707,93 € (sessenta e cinco milhões, cento e catorze mil, setecentos e sete euros e noventa e três cêntimos).

O acréscimo das disponibilidades tem a seguinte afectação em termos de despesa, para o ano 2009:

1. Reforço da acção “Execução de obras de infra-estruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamentos” no valor que foi acrescida a receita;
2. Assegurar o financiamento das acções que nas GOP iniciais se encontravam com verbas a definir: Pagamento de serviços à Simarsul e Amarsul, transportes escolares, funcionamento das captações e estações de tratamento de água e pagamento de iluminação pública;
3. Inclusão no Orçamento de 2009 dos encargos que transitaram do ano 2008 reforçando as respectivas acções e rubricas orçamentais;
4. Reforço das rubricas de despesas com pessoal de modo a que seja alargado o âmbito do despacho n.º 1/2009, relativo à alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária, a todos os trabalhadores que reúnam as condições estipuladas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro

5. Reforço da dotação de algumas acções necessário ao seu desenvolvimento face a compromissos assumidos, designadamente o novo projecto “Palmela Cidade do Vinho”.

O valor do acréscimo foi distribuído do seguinte modo:

- Grandes Opções do Plano 3.801.766,00 € (76,0%)
- Despesas com pessoal 341.813,93 € (6,8%)
- Outras despesas não imputadas directamente às GOP 861.003,00 € (17,2%)

Após a 1.ª revisão os documentos apresentam os seguintes valores finais, conforme se pode verificar nos mapas seguintes:

Grandes Opções do Plano: 39.424.038,00 € (trinta e nove milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil e trinta e oito euros), dos quais 21.642.810,00 € (vinte e um milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e dez euros) afectos a investimentos. As GOP têm um aumento relativo de 10,7%.

Orçamento: 65.114.707,93 € (sessenta e cinco milhões, cento e catorze mil, setecentos e sete euros e noventa e três cêntimos), e um aumento relativamente ao Orçamento inicial de 8,3%.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

(Unidade: euro)

FUNÇÃO/OBJECTIVO/PROGRAMA	DOTAÇÃO ACTUAL	DOTAÇÃO FINAL
1. Funções Gerais	3.879.204	4.102.750
1.1.1. Administração Geral	2.862.204	3.083.050
1.2.1. Protecção Civil	516.400	519.100
1.2.3. Segurança	500.600	500.600
2. Funções Sociais	24.462.856	27.101.231
2.1. Educação	9.185.038	9.796.173
2.2 Saúde	80.250	82.250
2.3 Segurança e Acção Social	90.300	103.800
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	10.587.265	13.183.035
2.4.1 Habitação	401.047	401.047
2.4.2 Ordenamento do Território	263.795	365.915
2.4.3 Saneamento	5.260.428	6.641.028
2.4.4 Abastecimento de Água	2.453.548	2.810.548
2.4.5 Resíduos Sólidos	1.331.605	1.822.755
2.4.6 Protecção M. Ambiente e Conser. da Natureza	876.842	1.141.742
2.5 Serviços Culturais, Recreat. e Rel.	4.520.003	3.935.973
3. Funções Económicas	5.064.820	5.998.665
3.2. Indústria e Energia	600.000	895.075
3.3. Transportes e Comunicações	3.819.040	4.234.230
3.4. Comércio e Turismo	361.730	573.620
3.5. Outras Funções Económicas	284.050	295.740
4. Outras Funções	2.215.392	2.221.392
4.1. Operações da Dívida Autárquica	1.732.985	1.732.985
4.2. Transferências entre Administrações	310.007	310.007
4.3. Diversas não Especificadas	172.400	178.400
TOTAL GERAL	35.622.272	39.424.038

ORÇAMENTO

(Unidade: euro)

RUBRICA	VALOR ACTUAL	VALOR FINAL
DESPESAS CORRENTES		
PESSOAL	19.818.663,00	20.160.476,93
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	14.144.517,00	16.901.459,00
ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	709.170,00	709.170,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.010.265,00	3.006.500,00
SUBSÍDIOS	476.000,00	527.216,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.000,00	307.000,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES	38.264.615,00	41.611.821,93
DESPESAS CAPITAL		
AQUISIÇÃO BENS DE CAPITAL	20.073.934,00	21.642.810,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	519.076,00	525.076,00
ACTIVOS FINANCEIROS	150.000,00	240.000,00
PASSIVOS FINANCEIROS Amortização Empréstimos Médio/Longo Prazo	1.095.000,00	1.095.000,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL	21.838.010,00	23.502.886,00
TOTAL GERAL	60.102.625,00	65.114.707,93

Assim, e nos termos do Decreto-Lei n.º 54–A/99, de 22 de Fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano 2009-2012.»

Sobre a proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento 2009 e Grandes Opções do Plano 2009/2012 numerada 1/DAF/10-2009 intervieram:

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** saúda a Sr.ª presidente, Srs. vereadores e público em geral.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** efectua as seguintes observações:

. Esta revisão orçamental vem englobar 4,4 milhões de euros que transitam do ano de 2008. É um valor bastante significativo, na medida em que é praticamente 10% do Orçamento anterior. Dito por outras palavras: estes 4,4 milhões de euros ficaram por ser utilizados no ano transacto e vão agora “engordar” o Orçamento de 2009. De 2004 para 2005 transitou uma verba ainda maior: 7,7 milhões de euros. Verifica-se que os ciclos eleitorais premeiam esta passagem maior de capitais. O Orçamento de 2009 é claramente o maior Orçamento de sempre da Câmara Municipal de Palmela. É preciso atender às verbas provenientes dos empréstimos contratualizados.

. Ao nível das *Comunicações* verifica-se um reforço de cerca de 255.000,00 € o que coloca o Orçamento neste mês de Abril em 775.000,00 €. Neste capítulo, a Prestação de Contas de 2008 apresenta-se com 717.000,00 €. O aumento é de 9,2%. Gostava de saber a que se deve este aumento. Um dos objectivos da maioria que gere a Câmara Municipal era o de diminuir os custos com comunicações, mas este objectivo não tem sido atingido.

. A Sr.^a presidente mencionou em 26 de Novembro do ano findo, que existiam 400.000,00 € destinados a reposicionar o pessoal e que o Orçamento já previa esse reposicionamento. Agora volta a reforçar-se o capítulo do pessoal.

. O Despacho n.º 1/2009 da Câmara Municipal refere-se à opção gestionária, relativa a despesas com pessoal para 2009. Em termos dos recrutamentos a efectuar estima-se cerca de 66.000,00 € e apresenta-se cerca de 67.900,00 € relativos às verbas relacionadas com alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária. A soma destes valores dá 133.900,00 €. Estranha o facto de o reforço neste capítulo relativo ao Pessoal ser de 341.000,00 €. Gostava de ver explicado este ponto

. No capítulo da receita reforça-se com 600.000,00 € a utilização das garantias bancárias relativas à empresa Corigues. Inicialmente sabia-se que as garantias bancárias eram 3,5 milhões de euros. Há cerca de um ano foram apontados 1,5 milhões de euros que dariam para as obras nas 4 urbanizações. Contudo, há aproximadamente 2 meses percebeu-se em reunião de Câmara que o montante de 1,5 milhões de euros se destinava a 3 urbanizações. Gostava de ser elucidado sobre se de facto o que falta executar (urbanização de Val'Flores) está devidamente abrangido pelas garantias bancárias entregues pelo promotor.

. Relativamente à Quinta das Flores é efectuado um reforço de 717.000,00 €. Da leitura da proposta pressupõe que foram pagamentos que não foram efectuados no ano anterior. Pergunta qual foi a razão pela qual os não foram efectuados em 2008 se, aparentemente, e de acordo com aquilo que o Sr. vereador Adilo Costa referiu, em mais do que uma ocasião, que as obras da Quinta das Flores já há algum tempo estavam concluídas. Assim sendo, os pagamentos poderiam ter sido efectuados nessa altura.

. Em relação à obra da Escola EB1 do Poceirão é feito um reforço de 162.000,00 €. A adjudicação desta obra foi efectuada por 629.000,00 €. A que se deve esta acréscimo?

. Não consegue perceber por que razão a 1.^a revisão orçamental engloba sempre um reforço em termos de *Transportes Escolares*. Opina que esta verba devia estar definida à partida.

. A obra de "Pavimentação da rua da Escola da Palhota e Aceiro Novo" foi adjudicada por 250.000,00 € aproximadamente. A que se deve o reforço de 102.000,00 €?

O **Sr. vereador Octávio Machado** começa por mencionar que a revisão orçamental é um instrumento de gestão possibilitado por lei. A presente revisão vai permitir algo que tem trazido o desagrado e a insatisfação de muitas pessoas. Deseja que assim seja a bem da imagem deste concelho e a bem da imagem do Pinhal Novo. As obras que vão ser levadas à prática vão contribuir para a qualidade de vida das pessoas. Algumas obras

pecam por ser tardias. Vai votar favoravelmente a proposta apresentada por tudo o que ela traz de bom para os municípios deste concelho.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** refere que não vai acrescentar nada àquilo que o seu colega de bancada, Sr. vereador José Carlos de Sousa já disse. A sua intervenção destina-se essencialmente a qualificar ou a definir o sentido de voto dos vereadores do P.S.:

. Entendem que esta revisão se destina principalmente à integração do saldo da gerência de 2008. Pelas razões que apontaram, na altura, votaram contra o Orçamento de 2008. O saldo da gerência vai ser integrado no Orçamento de 2009, o qual também votaram contra. Assim sendo, o sentido de voto que vão assumir é o mesmo.

A solicitação da **Sr.ª presidente**, intervém o director do Departamento de Administração e Finanças para prestar os necessários esclarecimentos à melhor elucidação da proposta.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que estava a preparar um discurso para opinar que este tinha sido o ano em que o saldo transitado tinha sido o maior de sempre, mas qual não foi o seu espanto quando verificou que em 2005, casualmente também num ano eleitoral, aconteceu a transição de um saldo bastante grande e que isso se deveu exactamente a situações extraordinárias.

A **Sr.ª presidente** menciona que se trata de uma mera coincidência, até porque uma receita extraordinária tem um carácter de excepcionalidade. Por mais que se queiram imputar todas as questões orçamentais a táticas eleitorais, isso não é verdade. Há uma outra situação que também não é coincidência e que é uma situação normal que decorre da gestão: nos anos em que há mais actividade é normal que se chegue ao final do ano sem condições para pagar todas as facturas que estão em circulação, pelo aumento do volume de processos administrativo/contabilístico. O aumento da actividade no ano de 2008, gerou a incapacidade de pagar tudo o que havia por pagar até ao final do ano. Há, portanto, um volume de facturação e de encargos que transita para o ano de 2009. Não é só receita. Não se fique com a ideia de que se vai ter um Orçamento muito grande porque esta verba transita para o ano de 2009. Transita a verba referente ao saldo da gerência de 2008, mas transita igualmente os encargos que não foram pagos no ano transacto.

Mais refere que há que somar algumas verbas especiais, particularmente as garantias bancárias. Vão ser mobilizadas apenas uma parte das garantias bancárias devidas pelo concurso que está a decorrer para o conjunto das obras que se propuseram realizar.

Relativamente ao *Pessoal*: quando produziu o Despacho relativo à opção gestionária não tinha ainda certeza do montante exacto que estaria envolvido, porque para isso foi preciso fazer o levantamento de quantos trabalhadores estavam em condições legais para puderem ser promovidos. A lei define um conjunto de 5 pontos e só depois dessa

contagem é que foi possível aferir com rigor qual o valor que estaria em causa. O valor do custo global da aplicação da opção gestonária é de 389.000,00 €, pelo que se propõe, neste momento, um reforço de 200.000,00 € para esse efeito. A contratação de novos trabalhadores também prevista neste despacho resulta em 55.000,00 €. Prevê-se ainda alguma verba de contratações de trabalhadores efectuada no final do ano de 2008 e não prevista no orçamento inicial.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** refere que em seu entender terá de haver um despacho que revogue o Despacho n.º 1/2009, relativo à opção gestonária, para depois se dar cobertura a esta decisão.

A **Sr.ª presidente** refere que é depois da disponibilidade orçamental que se vai elaborar um segundo despacho para permitir concretizar a decisão.

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** menciona que por força desta opção gestonária vão ser aumentados cerca de 403 trabalhadores. Não se pense que são grandes verbas o que os trabalhadores vão ganhar. Para dar um exemplo: há trabalhadores na carreira de assistentes operacionais que ganham 470,31 € e vão ser aumentados apenas 61,77 €, passando a ganhar 532,08 €. Continua a ser um salário miserável e não dá naturalmente para fazer face ao aumento do custo de vida. Apesar de parecer pesado este reforço que a Câmara Municipal vai realizar, era uma injustiça não o fazer, até porque a maioria dos trabalhadores auferem salários muito baixos. São cerca de 326 trabalhadores assistentes operacionais, sendo que depois todas as outras carreiras são aumentadas, mas a verba mais significativa é para estes. A Câmara Municipal tem obrigação de ajudar a valorizar, de alguma forma, os salários dos trabalhadores, de maneira a que as pessoas deixem de viver tão miseravelmente. Muitos trabalhadores que trabalham na Câmara Municipal de Palmela são também residentes no concelho e esta é também uma forma de minimizar os problemas sociais.

A **Sr.ª presidente** refere que este aspecto que a Sr.ª vereadora Adília Candeias mencionou é importante. A opção gestonária vai implicar um esforço para a Câmara Municipal, mas no âmbito das políticas que a maioria do executivo defende era indispensável fazer isto. Não se pode pensar em valorizar a própria actividade autárquica e o serviço público que é prestado sem valorizar as condições de remuneração dos trabalhadores dentro daquilo que a lei permite. São efectivamente salários muito baixos, nomeadamente os das carreiras mais baixas na Administração Pública. Existem remunerações base de 450,00 €. Não se pode deixar de considerar que para quem tem uma remuneração base de 450,00 € e passa a ter uma remuneração base de 532,00 €, que significa em termos brutos mais 82,00 €, esta medida não seja relevante. Opina que a Câmara Municipal deve fazer todos os esforços para poder valorizar e remunerar um pouco melhor estes trabalhadores.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** faz menção à lei que prevê os reposicionamentos.

A **Sr.ª presidente** explica que a lei obriga a promover os trabalhadores a partir dos 10 pontos, (obtidos através da avaliação de desempenho). No entanto, há a possibilidade de as Autarquias, por opção sua e se tiverem disponibilidade financeira, promoverem os trabalhadores a partir de 5 pontos.

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** adianta que os pontos são obtidos da seguinte forma: 2 Excelente, 3 Muito Bom e 5 Bom, sendo consecutivos.

A **Sr.ª presidente** menciona que há vários cenários: quem tem 2 anos consecutivos de Excelente está menos anos à espera, enquanto que se for 5 anos consecutivos de Bom está mais anos à espera. A lei permite às Autarquias, se assim o entenderem e se tiverem disponibilidade financeira, a partir da obtenção dos 5 pontos reposicionar os trabalhadores. A Câmara Municipal de Palmela fez a contagem de 2004 em diante para cada um dos seus trabalhadores e concluiu que estão em condições de ser reposicionados cerca de 400 trabalhadores. É o que está a ser feito.

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** acrescenta que alguns trabalhadores têm as carreiras congeladas desde 2005.

O **Sr. vereador Adilo Costa** saúda todos os presentes.

O **Sr. vereador Adilo Costa** refere-se às questões levantadas pelo Sr. vereador José Carlos de Sousa:

. Em relação às *Comunicações*: no Orçamento inicial estavam previstos 520.000,00 € (menos 27,5% do que em 2008). Este valor foi estimado tendo em consideração o novo contrato de comunicações que se previa entrar em vigor em Janeiro deste ano e que, de facto, não aconteceu. Houve ainda uma factura de 2008, que ficou por pagar. Por outro lado, houve a obrigação por parte da Autarquia como precaução de manter durante 2 meses o pagamento dos contratos que já estavam em vigor, quer pela PT, quer pela Novis.

. Em relação à obra da Quinta das Flores o valor contemplado refere-se à revisão de preços.

. Em relação à pavimentação da Rua da Escola da Palhota e do Aceiro Novo, optou-se por chegar a acordo com as pessoas pela reposição dos muros. Não haverá verbas para indemnização, porque se conseguiu conciliar e acordar com cada uma das pessoas que não há lugar a indemnização, o que dá origem a ter de ter verba disponibilizada para a alteração ao projecto.

. Em relação à obra na Escola EB1 do Poceirão houve que alterar o projecto e realizar o arranjo dos espaços exteriores.

A **Sr.ª presidente** sublinha ainda que em termos de *Comunicações*, os serviços camarários viram-se obrigados a facturar a água mensalmente, o que fez acrescer este encargo.

A **Sr.ª vereadora Adília Candeias** refere que a obra da Escola EB1 do Poceirão contemplou mais vedações, espaços lúdicos e desportivos que não estavam previstos inicialmente.

Acrescenta que relativamente aos *Transportes Escolares* não é inteiramente correcto poder saber quanto é que se vai gastar. Os alunos podem fazer inscrições até ao mês de Junho e só passado algum tempo é possível ter definido os circuitos. Vai ser necessário encontrar soluções para os Transportes Escolares, porque não existem viaturas nem motoristas suficientes para assegurar este serviço, tal como tem vindo a ser feito. Vai discutir-se com os T.S.T. (Transportes Sul do Tejo) a possibilidade de estes realizarem algumas carreiras públicas que eles tinham a obrigação de fazer no âmbito da inauguração da nova Escola do Poceirão. Estão ainda a ser estudadas várias hipóteses.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com o voto contra dos Srs. vereadores José Braz Pinto e José Carlos de Sousa.

III – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ORGANIZAÇÃO

Pela **Sr.ª vereadora Adília Candeias** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009.

PROPOSTA N.º 1/DRHO/10-2009:

«Por deliberação de 16 de Dezembro de 2008, da Assembleia Municipal de Palmela foi aprovado o mapa de pessoal em vigor, que começou a produzir efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2009, o qual, por imperativo da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, tinha de ser aprovado conjuntamente com a proposta de Orçamento para o ano de 2009.

À data da elaboração da proposta do mapa de pessoal pelos serviços municipais e da sua posterior apreciação pela Câmara Municipal e aprovação pela Assembleia Municipal o quadro legal dos procedimentos concursais não se encontrava ainda fixado, facto que só viria a acontecer com a emissão da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, pelo que a elaboração do mapa de pessoal em vigor assentou em pressupostos relativos à tramitação do procedimento concursal que, no referido diploma legal foram fixados com uma complexidade e morosidade superior à esperada, designadamente no respeitante aos

métodos de selecção obrigatórios, avaliação psicológica e entrevista de avaliação de competências.

Tendo em conta a especial complexidade e morosidade dos procedimentos concursais, mandam razões de prudência que desde já, no ano de 2009, se comece a promover concursos de pessoal, designadamente para suprir as necessidades permanentes dos serviços municipais que se encontram a ser satisfeitas por contratos a termo resolutivo e em regime de mobilidade geral, com vista a evitar-se o que, por efeito de lei, terminem os contratos a termo resolutivo e os regimes de mobilidade geral, e os postos de trabalho fiquem sem titulares.

Para promoção dos procedimentos concursais, os postos de trabalho actualmente ocupados por contratados a termo resolutivo e em regime de mobilidade geral, carecem de ser criados ou autonomizados e extintos os ocupados, à medida que forem sendo ocupados por trabalhadores com contratos de trabalho por tempo indeterminado.

Para cumprimento das regras legais relativas ao mapa de pessoal, visa-se, sobretudo, com a presente proposta de alteração, o seguinte:

- A criação no mapa de pessoal de postos de trabalho para que se possa substituir aqueles que estão ocupados por contratados a termo resolutivo, por trabalhadores com a relação jurídica de contrato de trabalho por tempo indeterminado. Com a integração de trabalhadores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado serão extintos os postos de trabalho ocupados por trabalhadores com contrato de trabalho a termo resolutivo certo;
- A criação de postos de trabalho para potenciar a substituição dos trabalhadores em regime de mobilidade geral, com termo em 31/12/2009, por trabalhadores a contratar por contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Na presente proposta são introduzidas ainda breves alterações ao mapa de pessoal em vigor, nomeadamente com a retirada do mapa dos trabalhadores em mobilidade geral, para outras entidades, operada em 2009, pelo que o mapa proposto passa a conter 1.106 postos de trabalho, em vez dos 1.110 do mapa em vigor.

Os trabalhadores em mobilidade geral, em outras entidades, passam a integrar o mapa dos “cativos”.

Considerando as ocorrências já verificadas no ano de 2009, nomeadamente por aposentação de trabalhadores, preenchimento de postos de trabalho criados e preenchidos na sequência de concursos concluídos ainda em 2008, preenchimento de postos de trabalho em regime de mobilidade geral, o número de postos de trabalho no mapa, no ano de 2009, passa a ser de 1103, em função designadamente do seguinte:

Situações	N.º de Postos de Trabalho
Postos de trabalho ocupados por trabalhadores em exercício efectivo de funções.	1041
Postos de trabalho vagos , onde se incluem os criados pela deliberação de 16/12/2008 da CMP (67) deduzidos os já preenchidos e acrescentados os postos de trabalho de trabalhadores entretanto aposentados que são para manter (preencher), em função das disponibilidades orçamentais e da possibilidade de se concluírem os procedimentos concursais.	65 (+)
Postos de trabalho a criar visando substituir os ocupados por contratados a termo resolutivo e em regime de mobilidade geral (a extinguir com o preenchimento dos postos de trabalho).	78 (+)
Postos de trabalho a extinguir por via de integração de trabalhadores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado. Inclui também a cessação da relação jurídica de emprego por via da aposentação.	81 (-)
TOTAL	1103

Foram ouvidas as associações representativas dos trabalhadores da autarquia.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere **propor** à Assembleia Municipal de Palmela que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 2, do artigo 53º do mesmo diploma legal e do artigo 5.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a aprovação da presente alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009, bem como o mapa resumo em anexo.»

Sobre a proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009 numerada 1/DRHO/10-2009 intervieram:

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** começa por observar que se trata de uma matéria difícil. Em 26 de Novembro do ano findo, teceu alguns comentários em relação à proposta do mapa de pessoal para 2009. O art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro menciona que “(...) os mapas de pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de um órgão ou de um serviço. Carece que para o desenvolvimento das respectivas actividades caracterizados em função da atribuição da competência ou actividade do seu ocupante destina a cumprir ou a executar o cargo de carreira (...)”. Recordar-se de na reunião havida em final de 2008 ter havido alguma discordância entre a maioria que gere a Câmara Municipal e os vereadores do P.S. quanto às pessoas que estão fora do serviço. Opina que uma pessoa que está fora do serviço não deve constar deste Mapa de Pessoal, deve sim constar do mapa de pessoal do serviço onde efectivamente está a prestar funções. Por outro lado, as verbas orçamentais dos órgãos

ou serviços afectos a despesas com pessoal destinam-se a suportar determinados tipos de encargos como as remunerações dos trabalhadores que devem manter em exercício de funções de um órgão ou serviço. Em seu entender não era necessário estar a realizar a alteração ao mapa de pessoal para o ano em curso.

Mais refere que o art.º 6.º, da 12-A/2008, de 27 de Fevereiro estipula que “(...) *face aos mapas de pessoal, o órgão ou serviço verifica que se encontram em funções trabalhadores em número suficiente, insuficiente ou excessivo (...)*”. Aparentemente de cada vez que a Câmara Municipal aprecia este factor determina que o número de trabalhadores é insuficiente, ou seja, deixa-se no quadro a criação de novos postos de trabalho. Do anterior mapa de pessoal para o agora proposto prevêem-se criar mais 11 postos de trabalho e, desta vez, são muito diferenciados. A Sr.ª vereadora Adília Candeias tem o cuidado de referir que a maioria dos lugares são adstritos à área da Educação por causa das novas competências. Desta vez não é assim. Aparecem novos lugares a criar para: Gabinete do Centro Histórico, Departamento de Administração e Finanças, Divisão de Administração Geral, Divisão de Fiscalização, Departamento de Comunicação e Atendimento, Departamento de Recursos Humanos e Organização, Departamento de Administração Urbanística, Divisão de Logística e Conservação, Divisão de Águas de Abastecimento e Residuais e Divisão de Rede Viária.

Formula a seguinte pergunta: a Câmara Municipal de Palmela tem 165 técnicos superiores dos quais 31 exercem cargos de dirigentes e 16 estão em mobilidade geral na categoria ou em outra entidade. Por que razão estão 47 técnicos superiores cativos se só existem 16 em regime de mobilidade geral na categoria?

Finaliza dizendo que os vereadores do P.S. se vão abster na votação desta proposta.

O **Sr. vereador Octávio Machado** menciona que não vai fazer uma análise técnica ao documento, até porque a matéria é nova e difícil, e ainda se anda à procura de um justo equilíbrio. O mapa de pessoal é colectivo, mas cada um com as funções que detém deve funcionar em equipa. O colectivo deve estar motivado e, neste aspecto, interliga-se a questão salarial. Também é igualmente importante que as pessoas gostem daquilo que fazem. Será deveras importante que as diversas funções desempenhadas pelos trabalhadores se interliguem no sentido de aumentar a eficácia e a eficiência da estrutura resultando daí uma maior rentabilidade. Reconhece que nos últimos tempos têm sido dados alguns passos, mas é de opinião que muitos mais se poderão vir a dar com mais benefícios lógicos para todos.

A solicitação da **Sr.ª presidente** intervém o director do Departamento de Recursos Humanos e Organização para prestar os esclarecimentos necessários à melhor elucidação da proposta.

A **Sr.^a vereadora Adília Candeias** menciona que vem sempre referindo a necessidade de admitir mais pessoal e, na verdade, isto deve-se ao facto de que a cada mês que passa são abertos novos equipamentos. Por exemplo:

. Ontem foi inaugurado o Mercado Municipal do Pinhal Novo;

. No início do próximo ano lectivo vão abrir-se mais 9 salas de pré-escolar e mais escolas de 1.º ciclo. São necessárias pessoas para assegurar que as refeições aos alunos sejam feitas em condições.

Acrescenta que, desde Janeiro do ano em curso, já se aposentaram 16 trabalhadores num total de 22 trabalhadores que já não mantêm vínculo com a Câmara Municipal. É com estas diferenças que é preciso ir sempre trabalhando.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. vereadores José Braz Pinto e José Carlos de Sousa, que apresentam declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO P.S.:

“Os Vereadores do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se porque da análise da Lei 12-A/2008 e da Portaria 83-A/2009 não compreendem como se continua a manifestar a necessidade de criar no mapa novos lugares para novos funcionários.”

IV – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das doze horas e cinco minutos, a **Sr.^a presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que eu, *José Manuel Monteiro*, director do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

A presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O director do Departamento

José Manuel Monteiro